



Outorga do Título de Professor Emérito a

Gabriel Cohn



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR:

Prof. Dr. João Grandino Rodas

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETORA:

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

VICE-DIRETOR:

Prof. Dr. Modesto Florenzano

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COORDENAÇÃO:

Dorli Hiroko Yamaoka - MTb. 35815

Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros - MTb. 35814

REVISÃO:

Wiviane Ribeiro do Carmo

TÉCNICO DE LABORATÓRIO:

Renan Braz Martins

SECRETÁRIA:

Neusa Bispo de Oliveira



Universitas Paulopolitana

Philosophiae, Litterarum Scientiarumque
Humanarum Facultas

Ego, Doctores Sandra Margarida Nitrini, Philosophiae, Litterarum, Scientiarumque Humanarum Facultatis Moderatrix in Universitate Paulopolitana, cum actum uidiissem et perlegissem quo ab huius Facultatis Magistrorum Collegio ante diem III Non. Dec. anno MMX praeclarus uir

Gabriel Cohn,

Militicae Scientiae peritissimus,


Professor Emeritus

rite declaratus est, hoc diploma ei dedi, ut omnibus honoribus privilegiisque cum dignitate sua cohaerentibus et quidem sollemniter collatis iure uti ac perfrui posset.

Datum Facultatis in Aedibus Paulopoli in Brasilia,
ante diem VII Kal. Dec. anno MMXI.

Sandra Margarida Nitrini
Prof. Dra. Sandra Margarida Nitrini
Facultatis Moderatrix

Mely Cristine Soares da Silva
Mely Cristine Soares da Silva
Facultatis abactis



ERIMÔNIA DE OUTORGA
DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO
PROF. DR. GABRIEL COHN

Data: 08 de dezembro de 2011

Horário: 14h30

Local: Salão Nobre - Prédio da Administração
Rua do Lago, 717 - Cidade Universitária

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| ABERTURA | 9 |
| <i>SANDRA MARGARIDA NITRINI</i> | |
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| <i>FERNANDO DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI</i> | |
| DISCURSO DE SAUDAÇÃO | 13 |
| <i>ÁLVARO DE VITA</i> | |
| DISCURSO DO HOMENAGEADO | 21 |
| <i>GABRIEL COHN</i> | |

ABERTURA

*A*o abrir esta cerimônia solene que outorga ao sociólogo e cientista político Gabriel Cohn o título de Professor Emérito, sinto-me particularmente orgulhosa e feliz com a incumbência porque quis o destino me contemplar com o privilégio de, como Diretora desta Escola, presidir a outorga dessa honraria máxima àquele que foi meu antecessor e de quem tive a honra de ter sido vice-Diretora.

Sobre a brilhante trajetória intelectual do Prof. Gabriel Cohn, que produziu uma obra notável, que só pode ser classificada como de amplo espectro e de excelência, e sobre seu devotamento e fidelidade de toda uma vida à nossa Faculdade, quero apenas enfatizar duas facetas, duas virtudes capitais de nosso homenageado, antes de passar a palavra aos que com propriedade falarão de sua carreira e de seus trabalhos e de seu conhecido senso de humor.

A primeira faceta a ser destacada no nosso homenageado é que ele, ao realizar com plenitude e êxito sua vocação de intelectual, ou seja, sua ética da paixão, também cumpriu por completo a outra ética, a da responsabilidade, ambas as quais tratadas por aquele que foi o maior intelectual do seu tempo, Max Weber, de quem o professor Gabriel Cohn é justamente o melhor estudioso no nosso país. E nesse momento muito difícil e grave vivido pela nossa Faculdade, é reconfortante fazer o elogio a quem se impôs como missão também cumprir a ética da responsabilidade, deixada de lado por, talvez, não poucos entre nós.

A segunda faceta é a extraordinária capacidade do professor Gabriel Cohn, qual Midas que tudo transforma em ouro, conseguir elevar qualquer questão sobre a qual se debruça, por mais ordinária e administrativa que seja, a uma altura


conceitual, a um rigor e densidade impressionantes. Como prova do que estou dizendo, convido a todos que leiam, ou releiam, o opúsculo, editado pela Faculdade em 2008, que o professor Gabriel Cohn escreveu como uma espécie de prestação de contas de sua gestão e que intitulou *Propostas e Intervenções*, porque nessa reunião de breves, mas refinados textos, não há coisa que não seja rigorosamente teorizada, problematizada e esclarecida – esclarecida, no sentido alemão do termo, ou seja, iluminada. A grande e inestimável contribuição que o Professor Gabriel Cohn, como pesquisador, como docente e como administrador, prestou à nossa Faculdade, e por meio desta à sociedade e ao país, é um patrimônio do qual muito nos orgulhamos.

SANDRA MARGARIDA NITRINI
DIRETORA

APRESENTAÇÃO

Saúdo a todas e todos os presentes e aos integrantes desta mesa, a Professora Sandra Margarida Nitrini, a Professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, o Professor Álvaro de Vita e o Professor Gabriel Cohn.

Falo como representante do Departamento de Ciência Política, em nome de todos os seus membros.

 Esta oportunidade é bem mais do que protocolar. O Departamento, todos os seus membros, não apenas os professores, mas também alunos e funcionários estão felizes de participar desta justa homenagem. É motivo de orgulho para o Departamento de Ciência Política ter sido o responsável por dar início ao processo que hoje tem seu ponto culminante. Um reconhecimento que é unânime. Ele partiu da Ciência Política. O título de Professor Emérito, todos sabemos é outorgado pela Faculdade, pela Unidade, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Acho que não incorro em deslize ao dizer que dos professores e pesquisadores aqui já homenageados e por homenagear, poucos se identificarão tão fortemente com a Faculdade como um todo, com sua história e tradição, quanto Gabriel.

O Departamento de Ciência Política, por assim dizer, apenas acolheu Gabriel em certo momento. Acolheu um membro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas que poderia ter sido acolhido por qualquer outro dos seus departamentos. Porque Gabriel sempre, desde sempre, foi um Professor Emérito desta casa.

Se retomarmos a carreira do Professor Gabriel e, creio que isto será feito em

instantes, veremos que Gabriel há muito, desde sempre, talvez desde seu exame oral para entrar nesta Faculdade, corre a lenda, teria discutido Weber em alemão com os examinadores. Já neste exame desenhava-se possível antever o título que hoje lhe outorgamos.

Outorgamos não é o termo. Reconhecemos seria o termo certo.

Temos hoje, portanto, a oportunidade de reconhecer e agradecer Gabriel por sua contribuição a esta Faculdade.

Obrigado.

FERNANDO DE MAGALHÃES PAPTERRA LIMONGI

DISCURSO DE SAUDAÇÃO

Boa tarde a todos.

Cumprimento a Professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, Pró-Reitora de Cultura e Extensão, a Professora Sandra Margarida Nitrini, Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, e o Professor Fernando Limongi, Chefe do Departamento de Ciência Política. E cumprimento especialmente nosso homenageado, o Professor Gabriel Cohn, hoje e sempre meu querido mestre, colega e amigo no Departamento de Ciência Política, o que também faço em nome de seus muitos colegas e amigos, não só em nosso Departamento, como também no Departamento de Sociologia, do qual ele também foi professor, e nesta Faculdade.

Fazer esta saudação ao Professor Gabriel Cohn, no momento em que nossa Faculdade lhe outorga o título de Professor Emérito, é para mim uma grande honra e motivo de muita alegria. Mas também vejo nisso uma grande responsabilidade, da qual receio não ser capaz de me desincumbir de modo a fazer justiça à complexidade e às diferentes facetas da trajetória intelectual e acadêmica daquele a quem hoje homenageamos. Digo isso porque só passei a ter um contato mais estreito com Gabriel Cohn em 1989, quando ingressei na pós-graduação em Ciência Política, sob sua orientação, e quando iniciamos nossa colaboração – ele como Editor e eu, como Editor-assistente – à frente da revista *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Essa foi uma colaboração que se estendeu por mais de dez anos – na realidade, fui eu que me

afastei do trabalho editorial na revista antes; Gabriel Cohn permaneceu à frente da publicação por quatorze anos. Para mim, que em 1989 estava iniciando (para os padrões de hoje, tardiamente) minha vida acadêmica, foi uma experiência de valor precioso acompanhar de perto um dos mais importantes intelectuais brasileiros da área das Ciências Sociais exercitando, sem com isso desconsiderar as opiniões que eram expressas por pareceristas, sua capacidade de juízo sobre a qualidade dos artigos que eram apresentados à revista. Isso dizia respeito tanto aos méritos substantivos, à relevância da questão examinada e à solidez e ao vigor da argumentação desenvolvida, como aos aspectos relativos à correção gramatical e à qualidade estilística do texto. Esses são critérios que, como aprendi com nosso mestre, prestam-se a avaliar a qualidade da produção intelectual nas Humanidades, de modo geral, e, em particular, nas Ciências Sociais. Gabriel Cohn os exprimia, com frequência, fazendo uso, obviamente informal e não raramente com o senso de humor que lhe é peculiar, da distinção entre textos “pastosos” e textos “suculentos”. Estes, os “suculentos”, são aqueles que, quer se trate da análise dos resultados de uma pesquisa empírica quer se trate de um esforço intelectual de natureza abstrata, realmente têm algo a dizer, e que o fazem mediante uma argumentação vigorosa, expressa de modo claro e conciso. “Pastosos” são aqueles nos quais uma argumentação frouxa se exprime em um texto “espalhado” (outro adjetivo característico de Gabriel Cohn nesse contexto), que se vale de muitas palavras, nisso se incluindo os jargões dos cientistas sociais, para dizer pouca coisa que tenha relevância.

Talvez eu esteja exagerando, mas é possível que essa aversão a tudo aquilo que é “pastoso” e a busca incansável por aquilo que é “suculento” nas Ciências Sociais esteja entre os traços fortes da trajetória intelectual de Gabriel Cohn. E não só em sua produção escrita, mas também em sua produção oral – em suas conferências, palestras, participações em eventos acadêmicos e especialmente em suas aulas. O professor Brasília Sallum, em um texto, “Uma trajetória singular”, em que homenageia nosso homenageado, recorda sua experiência como um dos professores responsáveis pelos seminários de uma disciplina do segundo semestre de Ciências Sociais, “Análise da Organização Social”, da qual Gabriel Cohn era responsável pelas aulas expositivas. Eram exposições densas – por que não dizer “suculentas”? – que, como recorda Brasília Sallum, tinham como material de apoio nada mais do que pequenas folhas de papel em quais havia alguma coisa escrita em letras miúdas. Eu

me encontrava entre os alunos que, em 1976, cursavam essa disciplina com um sentimento que era um misto de fascínio e de temor de não ser capaz de acompanhar o nível de abstração em que a exposição se movia. Mas, diversamente do que se pode supor com base em certo saber pedagógico convencional, um “choque de abstração” como esse pode ser intelectualmente muito produtivo para os estudantes. E, felizmente para os estudantes, Gabriel Cohn não deixava por vezes de manifestar essa sua irresistível tendência a fazer pilhérias com os outros, consigo próprio ou então com o propósito (deliberado ou não) de atenuar o peso ou a tensão de certas situações, como, por exemplo, a de um candidato diante de uma banca examinadora. Ao olhar pela janela e de repente se dar conta que o dia estava luminoso fora da sala de aula, ele de podia interromper uma complexa reflexão sobre a dialética marxista para dizer: “o mundo é tão ameno! Por que foram inventar a dialética?” Tiradas humorísticas à parte, os que foram seus alunos, em disciplinas de graduação e de pós-graduação, certamente também se recordarão daquelas ocasiões em que Gabriel Cohn fazia algo que muitos de nós, professores, temos vontade de fazer às vezes, mas nos falta coragem para tanto: em vez de dar uma resposta imediata – e pastosa – a um problema surgido no decorrer da exposição ou de uma questão levantada, recolher-se a um silêncio meditativo, dar-se o direito de pensar com a plena consciência de que há dezenas de olhos voltados para si, e, se for o caso, admitir a incapacidade de tratar da questão de forma apropriada no momento ou até mesmo interromper a aula para recuperar a concentração e fazer um esforço para por ordem nas ideias.

Fazer uma contribuição “suculenta” – para continuar empregando o léxico cohniano informal – às Ciências Sociais não é empreitada de pequena monta. Pois foi exatamente isso que Gabriel Cohn conseguiu realizar em seus mais de quarenta anos de dedicação intensa à Universidade de São Paulo. Esse feito excepcional só foi possível graças à combinação de qualidades como o cultivo da disciplina intelectual, da forma rigorosa de tratar os problemas e do gosto pela independência de pensamento. Com seus velhos mestres do curso de Ciências Sociais da Maria Antonia nos anos 1960, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Luiz Pereira, Gabriel Cohn aprendeu que, mais importante do que ter seguidores, é praticar e fomentar nos estudantes as atitudes de autonomia intelectual e de “ousadia crítica”, expressão esta que tomo de empréstimo do belo volume de textos e ensaios escritos em sua homena-

gem, organizado por Leopoldo Waizbord e publicado em 1998 e, com novas contribuições, em 2008. Insisto na autonomia intelectual porque Gabriel Cohn poderia perfeitamente ter seguido uma trajetória acadêmica consistente que fosse um desdobramento das preocupações que orientaram seu mestrado, publicado como livro em 1968 com o título de *Petróleo e nacionalismo*. Este trabalho se inseria na agenda de pesquisa, voltada para o estudo sociológico de problemas da industrialização brasileira, do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado na USP sob a liderança intelectual de Florestan Fernandes. A ideia era desenvolver um trabalho acadêmico rigoroso, na área das Ciências Sociais, voltado para as grandes questões do desenvolvimento econômico brasileiro. É verdade que esse “momento iluminista radical” da universidade, como o próprio Gabriel Cohn o definiu em sua entrevista publicada em *Conversas com sociólogos brasileiros* (2006), foi cortado pela ditadura militar em 1969, com as aposentadorias compulsórias (de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e tantos outros) e o fechamento do CESIT.

Mas Gabriel Cohn já começara a alterar sua trajetória intelectual antes dessa ruptura imposta pela ditadura em 1969. Segundo ele próprio relata em *Conversas com sociólogos brasileiros*, essa mudança de rumo remonta à observação feita em tom quase casual por Octavio Ianni, em uma reunião em 1966, de que as Ciências Sociais precisavam dar mais atenção aos meios de comunicação de massa. Gabriel Cohn aceitou o desafio com entusiasmo. Encarregou-se de preparar uma disciplina, que foi por ele ministrada pela primeira vez no curso de Ciências Sociais em 1967. A esse esforço inicial seguiram-se o volume *Comunicação e indústria cultural* (1971), a tese de doutorado, defendida em 1971 e publicada, em 1973, no livro *Sociologia da comunicação. Teoria e ideologia*, e a criação de uma disciplina de pós-graduação – a primeira no país – dedicada à temática da sociologia da comunicação.

Todo esse investimento intelectual resultou na criação de uma nova área de pesquisa e reflexão, o que por si só já representaria uma contribuição “suculenta” às Ciências Sociais no Brasil. Mas não é nessa inovação que se encontra a contribuição mais significativa e perene de Gabriel Cohn. Por trás do interesse em uma temática substantiva – a importância crescente dos meios de comunicação de massa no mundo moderno – havia um interesse mais profundo pela teoria social e pela teoria política mobilizadas para a análise dessa temática, especialmente pela Escola

de Frankfurt e, mais especialmente ainda, por Adorno. Isso se traduziu em um esforço intensivo de estudo que adquiriu vasta amplitude intelectual, abarcando, eu me arriscaria a dizer, toda a teoria social e política mais significativa, de expressão em língua alemã, não só, mas sobretudo do século XX.

Um ponto alto desse esforço foi sua tese de livre-docência sobre Max Weber, publicada em livro em 1979 e que ganhou uma nova edição em 2003 com o título de *Crítica e resignação – Weber e a teoria social*. O que encontramos neste livro não é “meramente” – como se isso fosse pouco! – uma reconstrução do esquema analítico de Max Weber. O que importa salientar é o modo como essa reconstrução é realizada, que leva em conta o modo como o próprio Weber definia seus próprios pontos de vista, no que diz respeito a componentes centrais de sua teoria social, valendo-se das ideias e terminologias alheias como meios para constituir seu próprio esquema teórico. Em virtude disso, captar o que há de singular nesse esquema exige, sustenta Gabriel Cohn, que se evidenciem os distanciamentos e afinidades das ideias e conceitos de Weber em relação àqueles de autores e correntes de pensamento que constituíam, como é dito no capítulo 1 do livro, o “conjunto da cultura alemã da sua época, nada menos”. E, podemos dizer, é “nada menos” do que isso que *Crítica e resignação* mobiliza para interpretar a constituição do pensamento weberiano, ao contrastá-lo, para mencionar somente os contrastes mais destacados, com as perspectivas de Dilthey, de Simmel, de correntes neokantianas, com a dialética de Hegel e com o materialismo histórico de Marx, e ao mostrar suas afinidades (até certo ponto) com a crítica de Nietzsche aos valores morais. O esforço de captar a lógica imanente do pensamento de Weber, especialmente no que diz respeito a suas posições metodológicas, em confronto com um amplo leque de autores e perspectivas teóricas, nisso se incluindo vertentes da teoria social contemporânea (como a teoria social de Luhman, por exemplo), é o que faz de *Crítica e resignação* um clássico das Ciências Sociais no Brasil.

Além de seus livros de autoria individual, outra contribuição das mais significativas de Gabriel Cohn para a teoria social foi a organização de volumes que se tornaram parte da bibliografia obrigatória nos cursos de Ciências Sociais no país: *Max Weber* (1976) e *Theodor W. Adorno* (1986), ambos publicados na Coleção Grandes Cientistas Sociais, da Editora Ática, e *Para ler os clássicos*, publicado originalmente em 1971 e que ganhou uma nova edição, ampliada, em 2005.

Sem pretender dar conta de todos os temas que Gabriel Cohn introduziu em

nosso debate, eu gostaria de salientar duas preocupações intelectuais – não puramente intelectuais – que aparecem de forma reiterada em sua produção oral e escrita, sobretudo na mais recente. Ambas se manifestam no ensaio “Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios”, publicado em 2006, no volume *Filosofia política contemporânea. Controvérsias sobre civilização, império e cidadania*. Uma delas é uma preocupação de natureza analítica e que diz respeito à convicção de que os condicionantes sociais e políticos de atitudes, da conduta e de formas de pensamento que constituem a cultura política em contextos determinados só podem ser captados de modo indireto. Essa convicção tem fortes afinidades com o instrumental analítico e de pesquisa construído por Adorno, especialmente, para captar os motivos e traços de personalidade, não diretamente verbalizáveis pelos sujeitos, do que denominou “personalidade autoritária”. “Nunca se chegará a uma ideia do que seja a cultura política democrática”, Gabriel Cohn nos diz em sua entrevista em *Conversas com sociólogos brasileiros*, “simplesmente procurando saber como os cidadãos percebem as instituições ou têm atitudes e disposições de conduta com relação a elas. Uma conduta banal como estacionar em fila dupla diz mais sobre a cultura política do que mil respostas sobre se a democracia é melhor ou pior do que um regime autoritário”. Em “Civilização, cidadania e civismo”, a suposição é a de que a cultura política deve ser pensada, em termos políticos mais amplos, como “pautas de interpretação da experiência social” que estão subjacentes aos conteúdos captados de modo direto pelas pesquisas convencionais de opinião. O problema é que um enfoque puramente institucional, ou que recaia de forma direta nas percepções que os cidadãos têm das instituições democráticas, pode negligenciar orientações da conduta que não são democráticas ou que, talvez devêssemos dizer, não são “civilizadas”, empregando-se o termo “civilização” em um sentido específico. Há uma dessintonia entre as instituições democráticas e as orientações da conduta individual do cidadão que só pode ser captada de modo indireto.

Isso nos remete à segunda das preocupações fortes de Gabriel Cohn que estou salientando, essa de natureza explicitamente normativa. É uma preocupação que, parece-me, o afasta da posição de Weber de ceticismo em relação à possibilidade de uma racionalidade prática, embora não deixe de exprimir uma ideia que, como é enfatizado no capítulo final de *Crítica e resignação*, encontrava-se entre as preocupações que atormentavam Weber: uma preocupação com a autonomia e a responsabilidade do agente individual que era tanto maior quanto mais rarefeito tornava-se o espaço que o predomina-

mínio da racionalidade instrumental deixava para a manifestação desse valor nas diferentes esferas de ação. Voltemos a Cohn. É na ideia de “civildade” – na “pequena dimensão da civildade” – que Gabriel Cohn vai encontrar as orientações da conduta individual que podem injetar conteúdo significativo nas grandes questões da civilização, da cidadania e do civismo. E ele o faz retomando e lhe conferindo, assim me parece, um sentido mais político e mais normativo, a análise de Adorno da “dialética da civildade” em *Minima Moralia*. Na análise de Adorno, a civildade (“tato”, na edição brasileira), entendendo-se por isso as formas e as maneiras sociais polidas de relacionamento respeitoso com o outro, tem um momento histórico específico para se manifestar, que é aquele em que o indivíduo burguês já se tornou livre da opressão do absolutismo, mas em que as convenções sociais do Antigo Regime ainda não desapareceram. Nessas condições, uma nova forma de individualidade pôde emergir que, no entanto, “não fica à solta sem mais”, “sem limites e sem referências” (estou reproduzindo frases do ensaio de Gabriel Cohn) porque ela ainda é capaz dessa forma de autocontrole, imposta pela consideração ao outro, que é característica da sociabilidade civil. Na visão de Cohn, a civildade conserva esse componente de respeito mútuo e de autocontrole. Mas adquire uma feição mais claramente republicana, que a associa ao exercício de certas virtudes cívicas e a uma orientação normativa da conduta que se verifica quando a conduta do cidadão se orienta por uma concepção do público como o mundo compartilhado por todos e como a referência compartilhada para a ação política. Essa orientação civil da conduta se choca, voltando à perspectiva analítica a que antes fiz menção, com uma das “pautas fundamentais de interpretação da experiência social” no caso brasileiro, com uma concepção do público que o associa a uma ideia de posse, que o concebe ou bem como aquilo que é de propriedade de todos, ou bem como aquilo que não é de propriedade de ninguém. O que é de propriedade de todos, ou de ninguém, longe de se constituir como referência compartilhada para a ação caracterizada pela civildade, é visto como aquilo pelo que ninguém é responsável e que está disponível para ser apropriado ou ocupado, ou como um espaço vazio por intermédio do qual custos privados se transferem à sociedade como um todo. Embora essa análise tenha um alcance amplo, pois ela se empenha em captar um “tema fundante” no modo pelo qual o cidadão se relaciona com o mundo público no Brasil, não creio ser despropositado pensar (o que faço por minha conta e risco) no slogan “a universidade é nossa!”, e nas formas de ação que se justificam com base nele, como exemplo desse “estilo possessivo” – e incivil – de relação com aquilo que é público.

Não sabemos muito bem como essa orientação civil da conduta do cidadão pode se converter, para utilizar os termos de nosso homenageado, em uma “pauta de interpretação da experiência social” no Brasil e em outras partes. Mas podemos compreender por que a preocupação é importante. Imagino que essa preocupação tenha por trás a possibilidade de um cenário antiutópico de corrosão dos condicionantes e das convenções sociais impostos pelas instituições existentes, sem que isso tenha por contrapartida a ascensão de individualidades políticas que assumam a responsabilidade pela constituição de “novas pautas civilizatórias”. Essa situação-limite, na qual as individualidades ficariam “à solta” e “sem limites e referências”, é a pior forma de barbárie que podemos imaginar. A isso, Gabriel Cohn contrapõe sua “pequena utopia”. Não se trata nem de não conseguir ir além do “olhar de Medusa das instituições [existentes]”, nem de querer “simplesmente rompê-las, na suposição de que, uma vez elas destruídas, nós soltos e desencadeados sem mais, poderíamos exercer nossa racionalidade (...). A vida política mais ampla, assim como a pequena dimensão da civilidade, se faz pela busca da autonomia livre, associada à renúncia consciente ao ato de pura agressão destrutiva”.

Penso que vamos continuar ouvindo Gabriel Cohn nos falar de sua “pequena utopia” e que isso, assim como suas outras contribuições às Ciências Sociais, vão continuar servindo de inspiração àqueles que se dedicam à teoria social e política no Brasil. Eu deveria terminar esta saudação destacando outra dimensão de sua contribuição a esta universidade, sua dedicação institucional. Como foi mencionado no convite a esta cerimônia, Gabriel Cohn nunca supôs que a dedicação intensa à atividade de pesquisa e reflexão e à atividade de formação de estudantes o impedissem de assumir posições de liderança institucional e de dirigente acadêmico. Mas termino simplesmente manifestando a grande satisfação que sinto com o fato de que esta universidade esteja, neste momento, concedendo a Gabriel Cohn uma de suas mais altas distinções, no mesmo ano em que ele foi agraciado com uma das mais altas distinções concedidas a membros da comunidade científica brasileira, o prêmio de pesquisador emérito do CNPq.

ÁLVARO DE VITA

DISCURSO DO HOMENAGEADO

Aqui estou, na minha escola, nesta que me formou e me deu condições de trabalho ao longo de mais de meio século, em situação que nem nos meus mais desvairados sonhos poderia imaginar quando pela primeira vez me vi no apinhado saguão da Maria Antonia, em anos já remotos. Anos nos quais se construía Brasília e nós, os que entravam e os que nos recebiam amistosamente (sem trote), estávamos seguros de que iríamos construir um novo Brasil. Um novo mundo, aliás. É a esta escola que desejo dedicar minha atenção nas reflexões que farei em seguida. Pois é ela que importa, ela que me honra sobremaneira agora após tanto me dar. Há alguns anos, no Boletim da Faculdade (dirigido com tanto carinho por Sandra Nitrini, que, sentada ao meu lado, não me deixa mentir – pelo menos não demais) eu dizia: “Esta escola me deu tudo, e faço qualquer coisa por ela”. Rompante de entusiasmo, talvez; mas eu falava sério, e tinha motivos para isso. Aqui vivi os dez anos de ouro da minha vida: mestrado e casamento com Amélia em 1967, doutorado e a filha Clarice em 1971, o filho Sérgio em 1974 e a livre-docência em 1977. O resto são variações sobre alguns grandes temas, lançados naquela década ou trazidos de longe.

Admito que temi não conseguir chegar neste salão nobre hoje, acompanhado que estava por dois amigos tão queridos quanto pugnazes, Francisco de Oliveira e Carlos Guilherme Mota, que bem poderiam parar no corredor, envolvidos em acesa polêmica. Agora, já são e salvo, relembro experiências neste ambiente, que faz tudo para ser solene e ao mesmo tempo não quer sê-lo. A participação em bancas de tese, por exemplo. Ou, no período final da carreira, a presidência da Congregação da Faculdade. Sempre situações de confronto e enfrentamento, portanto? Longe disso. A situação de argüição pública de tese constitui momento

especial para a escola e a universidade, aquele no qual o diálogo voltado para a produção do conhecimento, a mais nobre atribuição universitária, encontra seu foco na não menos nobre atribuição complementar: a da formação de novos quadros para a sociedade. É momento tão especial que até deveria ser mais valorizado do que é, nesta época em que as teses se multiplicam desmedidamente, ao ponto de esta escola ser literalmente uma das que mais as produzem no mundo. Se tomarmos o ano de 2011 como referência, a produção de dissertações e teses foi de 647, dos quais 252 são Doutorados. (É verdade que esses números abrigam ampla variação qualitativa. Mesmo assim, se usarmos um indicador indireto de qualidade, que é o da publicação em livro, ainda que referente a uma única editora preferencial da faculdade, a Humanitas com apoio da Fapesp, de 2003 a esta data o total é superior a 270). Um dos numerosos desafios, e não de somenos, que enfrentamos consiste em não permitir que esse momento magno, que cotidianamente se realiza nesta sala (e nas várias outras espalhadas pelo prédio) seja engolfado na mera rotina acadêmica, como se não fosse o ato por excelência em que a universidade presta contas à sociedade. Quanto à outra experiência, a Congregação, o colegiado máximo de uma turbulenta macro-unidade universitária, não é coisa simples. No entanto, guardo as mais gratas recordações do apoio que recebi, em muitos momentos graves, de todos os seus onze departamentos, assim como me orgulha e emociona a dedicação à escola e o carinho pessoal da equipe administrativa e de serviços, em todos os setores. Entretanto, é claro que nem tudo se desenrolava neste ambiente. Não esqueçamos outro recanto sagrado, a sala de aula. Gerações de estudantes de graduação (para não falar de aflitos pós-graduandos) passaram pela provação de assistir, nas minhas palavras e no meu exemplo, que, como lembrava o grande Georg Simmel, “pensar dói”.

Escola imensa, a nossa. Ao longo da sua história, mesmo quando era muito menor (e, na realidade, bem mais atrevida), ela não raro se apresentava aos seus membros como se fosse tudo, resumisse em si o mundo. Como dizia a mestre Walnice Galvão, falando da Maria Antonia, ela era o *ômphalon*: o umbigo, como me explicaria outro mestre, Duglas Teixeira Monteiro. A escola que até hoje tem assento na primeira fileira no salão nobre onde se reúne o Conselho Universitário. Por que, então, o pretérito “era”? Porque essa relação umbilical entre a escola e seus membros, e entre ela e a USP, vem-se adelgçando mais e mais. Nem teria mesmo como

persistir desse modo simbiótico, desde quando a então pequena e compacta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras passou a se expandir até desmembrar-se há pouco mais de 40 anos para gerar institutos especializados. E, mesmo assim, cresceu até que, com outro nome e outro lugar na universidade, se tornasse o monstro que é hoje. Sim, monstro, formidável na exata acepção do termo, algo que impõe respeito e mete medo. Maior do que boa parte das universidades do país, com áreas básicas de conhecimento organizadas em 27 programas de pós-graduação, com suas dezenas de áreas especializadas de pesquisa e docência, com programas de excelência por todos os cantos, com seus mais de 10 mil estudantes na graduação e quase três mil na pós-graduação – enfim, que escola é essa?

Que escola é essa? Passei boa parte da minha vida às voltas com essa questão. E, cada vez que pensava ter encontrado uma resposta, ela já havia mudado, para não falar das mudanças, por vezes traumáticas, no mundo circundante, próximo ou global. De núcleo da universidade a grande organização após a explosiva expansão nos anos 70 do último século, esta escola teve que enfrentar desafios crescentes no campo dos seus propósitos de origem. De área de aglutinação dos conhecimentos básicos passou a ser área específica, ligada às demais por laços mais ocasionais do que orgânicos. Propunha-se ser formadora de cidadãos, isto é, de pessoas capazes de usar o conhecimento adquirido em benefício da sociedade e de nela participar ativamente. Nas condições atuais, encontra dificuldade até para conceber tarefa dessa magnitude. Menos ainda se vê à vontade na outra grande tarefa, diretamente derivada da anterior: a de formar formadores de cidadãos, de estar presente com energia e ímpeto inovador no campo cada vez mais estrategicamente importante do ensino.

Junto com isso, a escola luta para manter aceso o seu inarredável compromisso com os direitos e a democracia. Essa é uma área especialmente delicada. Ninguém contesta a questão de princípio envolvida. A dificuldade, que se acentua com o próprio gigantismo da escola, é análoga à que perturba a vida pública em escala nacional. Consiste ela no descompasso entre a defesa das instituições democráticas e o cultivo e efetivo exercício de práticas democráticas mediante relações igualitárias e mutuamente respeitadas entre os associados. Digo “associados” porque desejo evitar o caráter problemático que a expressão “cidadão” assume na instituição universitária. Enquanto integrantes da universidade no sentido

estrito, seus membros não se relacionam sem mais como cidadãos portadores de direitos abrangentes, mas, sem abandonarem essa condição básica, o fazem como integrantes de categorias diferenciadas no interior de uma instituição que, como tal, só existe com referência aos seus objetivos específicos. Ocorre que o regime adequado à sociedade na qual vivemos pode e deve ser democrático; não porque a democracia seja um valor, mas simplesmente porque é o regime político mais aceitável para aqueles que se orientam pela livre igualdade, esta sim um valor. (Enquanto isso, cintila no horizonte mais distante a mais nobre das quimeras, a anarquia, que não é uma forma de livre exercício do poder e sim de livre convivência sem poder). Mas a universidade como instituição da sociedade não é organizada de ponta a ponta em moldes democráticos, nem tem como o ser (por exemplo, o princípio majoritário não se aplica sem mais). O que se pode e se deve fazer, com redobrado empenho, é cultivar e desenvolver no seu interior as práticas igualitárias e mutuamente respeitadas que constituem o núcleo vivo da democracia, nela e na sociedade toda. É por esse caminho que se formam cidadãos capazes de formar outros tantos. Quanto a mim, devo dizer que não vejo outra coisa senão um crescente descompasso entre o nível institucional e formas de vida democráticas, na universidade tanto quanto fora dela. E vejo com pouco entusiasmo o empenho em “democratizar” a universidade mediante a instauração de arranjos institucionais diretamente importados da sociedade mais ampla, sem que se atente antes de mais nada para a expansão extensiva e intensiva das práticas afins à democracia. Pois estas não dependem de uma normatividade democrática já dada. Pelo contrário, constituem a única forma de conduzir a ela sem o risco de reproduzir aquilo que no meu entender é a expressão mais cabal do descompasso entre quadros institucionais e formas de vida na sociedade brasileira. Refiro-me àquilo que costumo chamar de “democracia senhorial”, na qual o fino verniz da adesão verbal à democracia mal encobre práticas alheias ao trato igualitário e respeitoso. É contra isso que uma escola como esta tem que se erguer. Duvido, porém, que ela venha encontrando condições para fazê-lo. Na realidade, nem consegue impedir que esse descompasso se reproduza aqui dentro. No meu entender a prioridade deve ser dada, com referência a essa questão crucial, ao fomento, cultivo e aprimoramento de formas efetivas de conduta igualitária nas suas várias dimensões.

Igualdade não quer dizer identidade opaca nem nivelção linear, mas sim respeito irrestrito e universal. Com a devida licença do velho Kant, está em jogo a dignidade, nada menos. É inseparável da conduta civil, da vida civilizada, se nos atrevermos a usar o termo. Referência essa que para mim sempre foi decisiva, e orientou, mesmo quando encoberta, a maior parte do meu trabalho – que, aliás, com isso ganhou tonalidade política mesmo quando, ao longo da primeira e decisiva metade da minha carreira, meu vínculo era com a Sociologia. Esse ponto focal me permitiu atribuir no mesmo fôlego atenção a dois temas centrais e persistentes, o da racionalidade e o da justiça. Álvaro de Vita, com sua finura habitual, soube captar isso na sua fala de apresentação (como também fez, em registro diferente, outro colega de especial apreço, José Maurício Domingues). Álvaro viu isso tudo desembocar no meu empenho em introduzir no debate no interior do Departamento de Ciência Política contribuições já clássicas que explicitamente se moviam nesse terreno: o Rawls da teoria da justiça (do qual ele viria a se tornar intérprete crítico de primeira grandeza) e o Habermas da racionalidade comunicativa e da democracia participativa. Racionalidade, justiça e livre deliberação, exercidas em atmosfera igualitária, a única a provê-las de oxigênio. Sem essas bases a invocação da democracia acaba se perdendo nos meandros de instituições carentes de conteúdo efetivo. Seu conteúdo, que cabe a uma escola como a nossa fomentar, depende do exercício de disposições bem fundadas. (Tocqueville – e agora é Modesto Florenzano que não me deixa mentir – não falava de interesses bem compreendidos?).

Insisto em falar na “escola”. É uma expressão carinhosa, porém pouco precisa. Como dar-lhe mais precisão? Existe, afinal, algo como uma escola consistente e unitária presente na nossa Faculdade? Não se trata de questão doméstica. Ela envolve a orientação, as políticas e as metas da universidade toda, assim como as condições que se criaram no país no campo da organização acadêmica, da pós-graduação e da pesquisa. Aqui entra um ponto de grande importância na definição e manutenção da unidade possível na Faculdade. Farei referência a ele deixando de lado os múltiplos outros aspectos relevantes no caso. O ponto em questão concerne às novas condições do trabalho acadêmico geradas pela expansão da pesquisa e, sobretudo, pelo peso das diversas agências de fomento no seu exercício. É que, nesse ambiente, que se vem consolidando ao longo das últimas décadas, ocorreu um deslocamento, sutil e por vezes imperceptível, na referência e na lealdade institucional

do pesquisador-docente (nessa ordem). Cada vez mais o vínculo com a universidade (e, por extensão, com essa ou aquela sua unidade) é obscurecido pelos laços de dependência e responsabilidade em relação às agências de fomento, às quais continuamente se prestam contas e serviços. O jovem ingressante na organização acadêmica já encontra isso pronto, e incorpora esse estado de coisas como natural (e, é claro, os mais antigos vão indo embora). No fundo, pouco lhe importa se trabalha numa grande escola ou num pequeno instituto, desde que tenha o guarda-chuva institucional adequado para suas atividades. Isso se dá num ambiente de crescente competição por recursos e marcado por uma rede cada vez mais densa de regras.

Esse último aspecto merece atenção, porque traduz uma dimensão importante da dinâmica da atividade acadêmica nas condições contemporâneas. É que o adensamento da rede que constringe agentes e atividades é resultado típico da conjugação entre uma coletividade que se apresenta como homogênea e sem fissuras (a “comunidade científica”, formada no Brasil no confronto com o Estado autoritário que no entanto a patrocinava) e a crescente disputa por identidades e por recursos. O resultado imediato de tal conjugação é a normatização, promovida sem trégua pelos próprios “pares”. E, uma vez desencadeada, ela segue seu próprio curso, impelida pela rotina, consolidada esta, por sua vez, pelo crescente acúmulo de interesses conflitantes. (A burocratização é alimentada pelo conflito, poderia lembrar Max Weber, se não fosse tão distraído). A isso se associa outra questão crucial, relativa ao compromisso da universidade com a sociedade da qual faz parte, da qual deriva a questão da natureza da autonomia universitária. Aqui voltamos a pisar terreno escorregadio, com múltiplas concepções se entrecruzando. Neste como nos demais pontos não pretendo ditar regras, mas não me furto a reafirmar posição que sempre defendi. A saber, que o compromisso da universidade consiste, não mais nem menos, em produzir saber (para além do conhecimento pontual, que também lhe incumbe gerar, mas que não preenche – satura, diria mestre Florestan – o campo que importa, o da formação), juntamente com novos produtores de saber. Há muito mais coisas às quais a universidade não tem porque ficar indiferente, mas o que propriamente lhe cabe é isso, e não é pouco. Isso imediatamente se desdobra na questão da autonomia. Longe de ser sinônimo de uma espécie de ente autárquico (salvo na estreita acepção administrativa), insulado e protegido como gostariam alguns, a autonomia da universidade se define nos seus termos próprios e específicos

cos, como não poderia deixar de ser. Consiste ela no exercício de uma peculiar capacidade de manter-se atenta ao mundo, literalmente. Refiro-me à capacidade de manter a iniciativa de converter em problemas para estudo e pesquisa tudo aquilo que observa de novo e emergente no seu entorno (e, reflexivamente, no seu interior). As palavras centrais, aqui, são “problema”, “emergente” e, sobretudo, “iniciativa”. Trata-se, em suma, da capacidade de, no mesmo passo em que se abre para o exterior, agir por sua própria conta, nos seus termos, no seu terreno e no seu ritmo. Mais uma vez não é tudo, nem é pouco.

Junto com isso vem um traço da qual nossa escola não abre mão: a posição crítica. Se não se quiser cair na mera rejeição de estados de coisas, ela é inseparável da capacidade de discernimento. Trata-se de captar os limites intrínsecos a estados de coisas e empenhar-se na sua superação, mediante a identificação das suas tendências internas. Não aceitar as coisas como são só faz sentido quando se pode mostrar como e em nome do que podem ser diferentes. A difícil tarefa de praticar e ensinar a disposição crítica sempre fez parte do programa desta escola, e ganha seu maior significado quando ela efetivamente se torna reflexiva, capaz de aplicar-se a si própria. Talvez o sempre renovado compromisso com essa posição seja nosso maior ganho, em especial quando ela se vai tornando cada dia mais difícil, acossada como é pelo seu mais temível adversário, a auto-complacência, essa sombra sempre à espreita.

Entretanto, tive a audácia, ou a temeridade, de propor questão das mais delicadas. Agora mais do que nunca Sandra Nitrini, que certamente não concordará com muito do que virei a dizer, ficará impaciente. A questão, claro, é: uma escola, ou várias? Formular essa questão significa por em dúvida um ponto de honra para grande parcela da nossa faculdade: o da sua inquebrantável unidade. Afinal, se ela resistiu a uma ditadura inteira, se sobreviveu a todo tipo de negligência oficial em relação à sua sorte e a agressões insidiosas (lembram-se do episódio da criação da ECA, concebida por um grupo da ala direita da faculdade com a expressa intenção de esvaziá-la?), por que falar nisso agora? A razão é simples: porque nas condições atuais a unidade que realmente importa não está assegurada, por mais que institucionalmente ela se mantenha. E o que importa, no caso, é ter claro qual é a causa que sustenta e merece os nossos esforços. Para mim, ela consiste na efetiva unidade acadêmica, a da criação de laços e conexões que façam fluir e circular aqui-

lo que ainda está bloqueado no interior desse verdadeiro arquipélago em que se foi convertendo a faculdade. Tantos prédios, tantos mundos, cada qual com seus problemas e propósitos singulares. Está em jogo a inteligência compartilhada, antes da eficiência (por menos que esta possa ser descurada, até porque na sua ausência a inteligência gira no vazio e define).

Neste ponto se aplica com especial força a divisa que propus na minha fala ao assumir a direção da escola, quando citava o Marx de 1843. Trata-se de “por em movimento as relações petrificadas”. (Se me permitem o arroubo, sou capaz de apostar como foi a única vez em que Marx foi citado em fala oficial de dirigente na augusta sala do Conselho Universitário). Não me preocupa tanto se temos uma escola ou várias. Interessam-me os laços, os elos, a intensidade e densidade dos contatos acadêmicos em todos os níveis. Atenção, portanto: quando levanto essa questão isso de modo algum significa que esteja propondo de modo plano e reto alguma modalidade de divisão como solução para nossos problemas. Estou, sim, reiterando que, se não soubermos nos repensar aqui e agora como ente unitário e se viermos a constatar que a divisão em unidades menores pode ser uma solução, ela deverá ser concebida, planejada e levada adiante do nosso modo e por vontade nossa, antes que (como é inteiramente possível e já foi aventado) o seja por imposição externa meramente gerencial.

Basta, no entanto, atentar para a divisa que proponho para se dar conta de que não foi por acaso que, na minha curta gestão frente à faculdade, meu propósito expresso era o de ajudar a plasmar uma unidade acadêmica e de convivência que via, e ainda vejo, em sério perigo. Permitam-me lembrar alguns exemplos desse empenho. A preocupação básica consistia em criar as condições mais elementares para um convívio acadêmico efetivo. Primeiro ponto: assegurar fluxos de pessoas e criar pontos de convergência e convivência amplos e não restritos a tal ou qual prédio. Para os fluxos, concebeu-se o eixo de circulação entre os diversos prédios, incluída a biblioteca. Para a convivência igualmente generalizada, concebeu-se uma área específica, em local privilegiado a meio caminho, que seria o “café do meio”. O primeiro propósito está sendo atendido, mas seu complemento indispensável revelou-se inviável, diante de resistências várias. Também não foi possível levar adiante outra proposta, que consistiria na criação de uma grande sala unificada de estudo para os estudantes de todas as áreas da faculdade num espaço nobre do prédio de

Geografia e História, reservado pelo Departamento de História para projetos e pesquisas (posto que não tínhamos, e ainda não temos, nossa ala de pesquisas da faculdade, embora esforços não falem para tanto – mas teremos, graças ao redobrado empenho de Sandra Nitrini). Isso para não falar de velho sonho, que nem cheguei a tentar levar adiante, de finalmente termos um espaço no qual antigas tradições da vida estudantil nesta escola, como a cinemateca e o teatro, pudessem ser cultivadas em condições apropriadas.

Eixo de passagem, fluxos, aproximações: sempre o mesmo propósito, sintetizado na idéia de lançar pontes. O melhor exemplo disso, e o gesto do qual mais me orgulho na minha passagem pela direção da faculdade, encontra-se na minha iniciativa de promover a unificação de dois programas de pós-graduação. Trivial, parece. Não, se considerarmos que os programas em questão eram os de Estudos Judaicos e Estudos Árabes, hoje associados num só. O colega Vladimir Safatle, ao qual devo simpática referência pública a essa junção de (supostamente) opostos, pesquisou e concluiu que em nenhum outro lugar fora da USP se encontra programa desse tipo. Só espero que a universidade, e os diretamente envolvidos, não deixem de ver com a devida seriedade, para além do seu sentido acadêmico, o fundo significado simbólico e mesmo político disso, e saibam agir de acordo.

A resposta prática, e não só doutrinária ou dogmática, à questão da unidade ou da divisão é muito difícil. Em ambos os casos envolve pesado esforço de reorganização, em todos os níveis. Cursos de graduação e programas de pós devem ser repensados, e com urgência. Em consonância, a organização departamental deve ser reajustada. É com base nesse exame difícil e eventualmente doloroso que se poderá propor com clareza a questão organizacional mais funda – sem esquecer, entretanto, que isso se dá em condições marcadas por regulamentos bastante rígidos e válidos em escala nacional, a serem enfrentados nos seus termos, em especial na pós-graduação. Evitar chavões, como o da interdisciplinaridade, já seria um bom começo. Numa escola que reúne, para só citar um exemplo (e tantos outros se atropelam), historiografia, ciências sociais, filosofia e teoria literária, essa renovação e *aggiornamento* das diversas áreas e das suas relações entre si não pareceria tão penosa; mas é o que há de mais difícil. Necessária, contudo, se quisermos merecer a posição que almejamos, vigorosa e desassombrada.

Em princípio, e sempre mais fácil separar do que juntar. Difícil é construir um

ambiente acolhedor, aconchegante, para usar um termo caro ao meu autor predileto, Adorno (Theodor, no caso, não o nosso colega Sérgio, ele próprio atento, há muitos anos, à sorte da nossa escola). Podemos até admitir a explícita aceitação do arquipélago que já temos. Desde, porém, que haja muitas pontes entre suas ilhas. Pontes leves, flexíveis, renováveis. A questão é análoga à da democracia e das práticas: pouco adianta invocar a unidade sem exercê-la no cotidiano.

Diante disso tudo, falar na nossa escola seria como invocar uma quimera, uma fantasmagoria que mais nos ilude do que inspira? Talvez seja esse um bom ponto para exercitarmos a atitude crítica que tanto prezamos: aquela que nos dá o severo e exigente conhecimento dos limites. O conhecimento do impossível sabendo-se que nunca se chegará lá, mas que o esforço dilatará as fronteiras do possível. O problema não são as quimeras, mas a adesão irrefletida a elas. Se elas nos perseguem, cumpre não se aferrar às antigas e sim criar novas, e delas retirar ânimo para ir além da tarefa feita, do relatório entregue em tempo, da busca da “pontuação”. Se não se trata de retalhar a escola, tampouco se trata de unificar sem mais, criar identidade fixa. Mas sim de promover no dia a dia, em cada gesto, a reconciliação (para de novo evocar Adorno), a aproximação das diferenças sob formas sempre novas. O exercício simultaneamente alegre e intransigente da liberdade. Isso significa a utopia, a quimera de reconciliar juízo e fantasia; espírito de geometria e espírito de finesse; argumentação e conversação; distanciamento crítico e aproximação compassiva. Enfim, o espírito que anima, apesar de tudo, esta faculdade, o da crítica associada à criatividade aberta a todos os saberes. Qual é a graça de conhecer o possível se não se busca o impossível, sem perder a lucidez?

Dá vontade de complementar o dito espanhol, no creo en brujas, pero que las hay, las hay. Creo en angeles, pero que no los hay, no los hay.

ADENDO QUASE BIOGRÁFICO

Na sua simpática fala Fernando Limongi aludiu a credenciais minhas de longo fôlego para ser honrado por nossa escola. (Isso, mesmo não tendo sido até hoje adotada minha antiga sugestão, de que se deveria criar o título de Professor Sine Meritum). Mal sabe ele o quanto foi vítima do entrelaçamento, ao longo do tempo, de fatos reais e relatos fantásticos. É verdade que houve ocasião na qual apareci em

sala de aula com a obra magna de Max Weber em alemão debaixo do braço. Não no vestibular, mas em seminário no segundo ano da graduação, para espanto do meu grande mestre Octávio Ianni. Eu tinha acabado de comprar os dois alentados volumes na saudosa livraria Triângulo, por recomendação da não menos saudosa livraria alemã Frau Maria (“Ali tem um livro bom para você, dê uma olhada”), naquela época em que as livrarias – Pioneira, Duas Cidades, Brasiliense e a legendária Francesa, além da Alemã e da Italiana – faziam a diferença. No vestibular havia exame oral, sim; e isso me permite uma observação sobre mudanças que também afetaram a faculdade. O exame oral, somente possível em escola diminuta como era então a nossa, introduzia na seleção um componente informal, que, quando bem usado (no meu caso, serviu para ser sumariamente reprovado por um examinador eminente), permitia detectar aquele indefinível brilho no fundo dos olhos do candidato mal preparado ou simplesmente inibido e apostar nele sem prestar contas a ninguém. Em suma, permitia, para o bem e para o mal, o uso do arbítrio docente em escala que os rígidos procedimentos impessoais que depois se instalariam proibem. Qual o significado disso? A universidade cresceu, modernizou-se (não é esse o termo?), substituiu o arbítrio pessoal pelo império das regras formais. Ao mesmo tempo, foi levada a reger minúcia por minúcia as provas e os concursos, até como defesa contra a contestação judicial. Criou-se algo paradoxal. Após tanta modernização, somos, em escala eminente, sujeitos à tradição, no sentido exato do termo: arrastamos todo o peso do que fizemos, na forma de históricos, currículos e memoriais, e nosso olhar acaba se voltando mais para trás do que para diante. Agi adequadamente? Fiz certo e tenho comprovantes? Obtive uma bolsa antes para poder obter outra depois? Ou um financiamento? Estranho mundo, no qual o “capital humano” penetra na instituição na qual investir em si mesmo como capitalização deveria ser impensável. Diante disso, como ficamos, nesta nossa escola? É contra esse pano de fundo que nos cabe repensá-la e refazê-la cotidianamente, única, múltipla, pouco importa. Tarefa para os que ficam e compartilhada, ainda que à distância, pelos que sabem, como eu, que carregam uma honra e um compromisso.

GABRIEL COHN
HOMENAGEADO

USP

Universidade de São Paulo



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social
Serviço de Artes Gráficas